

Secretário pede apoio ao Plano

Washington — O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, pediu à comunidade financeira internacional que implemente o quanto antes os esquemas de redução da dívida que foram propostos em 10 de março passado, assinalando que a demora e rigidez do passado dificultaram os programas de ajuste das nações endividadas.

“Devemos reconhecer que a rigidez do sistema atual e a falta de apoio financeiro em alguns casos, têm tornado mais difícil para os países endividados conseguir um bom desempenho econômico sob os programas de reformas”, disse Brady aos ministros e governadores dos bancos centrais dos 51 países-membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que acompanham em Washington as reuniões de primavera dos dois órgãos.

O chamado Plano Brady recebeu um apoio cauteloso do conjunto dos países industriais, mesmo que alguns ministros — como inglês Nigel Lawson — se declarassem céticos sobre seu alcance e advertissem que não aprovarão o uso de fundos importantes por parte do FMI e Banco Central para facilitar a redução da dívida.

O ministro Mailson da Nóbrega que, junto com o mexicano Pedro Aspe falou representando a América Latina, disse que o Plano Brady oferece boas oportunidades para reduzir o montante e serviço da dívida, alternativa que considerou indispensável para frear a transferência negativa de recursos que sofre a região ante a virtual paralisação do financiamento bancário.

Aspe criticou, por sua vez, os desequilíbrios das nações industriais e a reversão do fluxo natural do financiamento internacional para os países em de-

senvolvimento.

A alta de três pontos nas taxas de juros no último ano aumentou em 3 bilhões de dólares a carga do serviço da dívida externa do Terceiro Mundo, o que “anulou nossos novos esforços fiscais”, enfatizou o ministro mexicano.

O diretor do Banco Central do Japão, Satoshi Sumita, sugeriu, a respeito, que em vez de negociações individuais entre cada país e cada um de seus bancos credores, “deveriam fazer esforços para conseguir uma discussão plena entre todas as partes, incluindo os bancos”.